

Os povos indígenas e a nova missão religiosa: o caso dos luteranos na Amazônia (décadas de 1970-1980)

Indigenous peoples and the new religious mission: the case of lutherans in the Amazon (1970s-1980s)

*Rogério Sávio Link**

Resumo

No decorrer da década de 1970, como expressão da Teologia da Libertação, toma corpo uma nova forma de entender e fomentar a missão entre povos indígenas no Brasil; uma missão que não visa mais a conversão desses povos, mas sim a conversão da sociedade como um todo em favor de seus direitos e demandas. Em 1972, é criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que representa, para a Igreja Católica, a expressão missionária dessa nova visão teológica. Dez anos mais tarde, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), é criado o Conselho de Missão entre Índios (COMIN) também como expressão dessa teologia e claramente influenciado pelo trabalho do CIMI. Este artigo quer abordar essa nova perspectiva missionária no âmbito do COMIN e o que possibilitou essa mudança de perspectiva missionária.

Palavras-chave: Missão Religiosa. Povos Indígena. Teologia da Libertação. COMIN.

Abstract

During the 1970s, as an expression of Liberation Theology, takes shape a new way to understand and promote the mission among indigenous peoples in Brazil; a mission that aims not converting these people, but the conversion of all society in favor of their rights and demands. In 1972, it was created the Conselho Indigenista Missionário (CIMI) who is, for the Catholic Church, a missionary expression of that new theological vision. Ten years later, in the Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), it was created the Conselho de Missão entre Índios (COMIN) also as an expression of that theology and clearly influenced by the work of CIMI. This article aims to address that new missionary perspective among COMIN and what enabled that change of missionary perspective.

Key-Words: Religious Mission. Indigenous Peoples. Liberation Theology. COMIN.

Introdução

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) começa a atuar entre os povos indígenas de forma oficial. Antes disso, houve algumas tentativas que não eram

* Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (2008), doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (previsão de defesa para 2016) e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Atualmente é professor da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL). Endereço para correspondência: Rua Serafim Vargas 66, São Leopoldo – RS. Email: linkrogerio@yahoo.com.br.

iniciativas da Igreja enquanto instituição, mas sim de pastores isolados. Em 1887, como relembra Wilhelm Wachholz (2003, p. 350s, 540s), o pastor Heinrich Ernst August Kunert já defendia a necessidade da missão entre os povos indígenas. As primeiras tentativas, no entanto, ocorreram somente a partir de 1900, mas sem grandes sucessos¹. Somente na década de 1960 e 1970 a atuação missionária da IECLB entre povos indígenas começa a ser mais permanente, embora esse trabalho missionário ainda estivesse pautado por uma perspectiva conversionista.

Na década de 1970, a IECLB viu-se envolta em novos desafios decorrentes da migração e colonização do Centro Oeste e Oeste brasileiros². Os principais foram dar acompanhamento espiritual e assistência aos migrantes e minimizar conflitos nos locais onde esses migrantes estavam se assentando. A partir da migração dos luteranos do Sul e do Sudeste do Brasil para a Região Amazônica e do acompanhamento da Igreja, surgem dois Sinodos (A IECLB subdivide-se administrativamente em regiões denominadas Sinodo): o Sinodo Mato Grosso e o Sinodo da Amazônia. Em decorrência da abertura de novas áreas de colonização, os luteranos vão ser postos em contato com um novo desafio que é objeto deste estudo, pois estavam entrando em contato e ocupando áreas antes pertencentes a diferentes povos indígenas. Se o trabalho fora, a princípio, justificado como uma forma de amenizar os conflitos nas novas áreas de colonização, logo ganharia um status missionário próprio decorrente da nova conjuntura latino-americana.

Assim, o trabalho desenvolvido com os povos indígenas a partir da década de 1970 tem uma nova compreensão do que é a missão entre os povos indígenas e do que ela visa. Ele foi inspirado pela nova compreensão teológica que surgiu entre as igrejas históricas, especialmente a Igreja Católica, mas também entre as igrejas protestantes, grupo ao qual a IECLB se encaixa no campo religioso brasileiro. Trata-se da Teologia da Libertação. Em várias partes do Brasil, especialmente nas Novas Áreas de Colonização como Rondônia e Mato Grosso, os obreiros luteranos atuavam ecumenicamente com os padres e religiosos da Igreja Católica buscando viabilizar o modelo das Comunidades Eclesiais de Base. Nesse sentido, a nova proposta missionária da IECLB que começa a ganhar corpo na década de 1970 foi influenciada pelo trabalho da pastoral indigenista da Igreja Católica, notadamente o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

1. Inícios do compromisso missionário: cristianismo como sinônimo de civilização

Até a colonização das Novas Áreas de Colonização (NAC), a IECLB não tinha um trabalho expressivo para com os povos indígenas. Houve uma experiência no Mato Grosso e uma no Rio Grande do Sul³. No Mato Grosso, ao norte de Juína — portanto, dentro da área de atuação do Sínodo da Amazônia —, foi iniciada uma missão entre os Rikbaktsa, também conhecidos como canoeiros, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. A missão começou por causa da fundação de uma comunidade em Porto dos Gaúchos no ano de 1957, cujo primeiro pastor foi Johannes Hasenack. O pastor que o substituiu foi Friedrich Richter. Ele fez sua primeira viagem para o Mato Grosso em 1960 e, no ano seguinte, já estava residindo em Porto dos Gaúchos, quando estabeleceu contatos com os Rikbaktsas e montou um posto missionário. Por problemas de saúde de sua esposa Córdula, regressou à Alemanha em março de 1964. O trabalho no posto missionário ficaria sob a responsabilidade de Fritz Tolksdorf até 1969, quando a missão foi então entregue aos jesuítas. Com base nesse trabalho, a IECLB instituiu um Conselho de Missão em 1963 para acompanhar e apoiar os missionários e “servir como um ponto de referência e orientação na atividade missionária” (Zwetsch, 1993, p. 94). Sobre o tipo de missão desenvolvida, Zwetsch comenta:

Na verdade, os exemplos arrolados apontam para uma missão civilizatória. Cristianismo é praticamente sinônimo de civilização ocidental, segundo este pensamento. Encontro aqui uma postura etnocêntrica de caráter desenvolvimentista, bem ao espírito da época e sem maiores preocupações com as diferenças e valores da cultura indígena. (Zwetsch, 1993, p. 181)

No Rio Grande do Sul, a missão foi desenvolvida em Tenente Portela, em 1964, entre os índios Kaingang também pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, por iniciativa do pastor Norberto Schwantes (1989, p. 39) que, na ocasião, atuava nessa região. Essa missão, conhecida como Guarita, seguiu o caminho tradicional das missões cristãs na América Latina: visava integrar o povo indígena na sociedade envolvente e convertê-los ao cristianismo. Para isto, construiu-se uma escola com internato para facilitar a integração do povo indígena na sociedade brasileira. “O trabalho missionário propriamente dito foi entregue ao *Summer Institut of Linguistic*⁴, que estudou a língua e traduziu o Novo Testamento para o Kaingang” (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 53).

2. Novos rumos para a missão: o Espírito fala através dos Outros

Marco para o trabalho da IECLB entre povos indígenas na década de 1970 foram os dois encontros de Guarita. Um realizado de 31 de julho a 3 de agosto de 1975 e o outro nos dois primeiros dias do mês de maio de 1976. Com caráter ecumênico e interdisciplinar, esses encontros reuniram estudantes, professores, pastores, sociólogos, antropólogos e o pessoal que trabalhava na Missão Guarita. Reconhecendo o pecado histórico que as igrejas têm com as populações indígenas, os documentos redigidos a partir do encontro dão conta de uma indignação com respeito à situação dos povos indígenas e conclamam a sociedade e a Igreja para buscar ações concretas que diminuam o preconceito, criem outras relações e que ofereçam alternativas para a sobrevivência dos indígenas que restaram⁵. Zwetsch diz que, na prática, para a IECLB, esses encontros significaram o reconhecimento da crítica feita pela Declaração de Barbados em 1971 (Zwetsch, 1983, p. 167s). Um grupo de antropólogos, reunidos entre os dias 25 a 30 de janeiro de 1971, a convite do Conselho Mundial de Igrejas, discutiu a atuação missionária entre os povos indígenas da América do Sul. Eles questionaram o conteúdo etnocêntrico da atividade missionária (Suess, 08/11/2007). Assim, a repercussão da Declaração de Barbados seria um trunfo contra as forças conservadoras para aqueles obreiros que buscavam uma nova postura missionária nas décadas de 1970 e 1980.

A Missão Guarita ainda manteria grande parte de sua estrutura até meados da década de 1980. A partir de 1986, portanto já numa nova fase do trabalho, a missão entre os Kaingang foi ganhando características novas “no sentido de uma presença missionária a serviço dos indígenas, que significava informação, apoio à unidade da área e muito diálogo” (Zwetsch, 1993, p. 303). Esse ano é marcante para a missão Guarita, porque:

Em 1985, por uma questão menor ligada a uma troca de roupas usadas por artesanato indígena, o cacique Ivo Ribeiro Sales, com a conivência da FUNAI, expulsou todos os obreiros da Missão da IECLB de Guarita. Com isto, encerrava-se 25 anos de um trabalho missionário ininterrupto desenvolvido junto aos Kaingáng, dentro de um estilo e uma metodologia desenvolvimentista. (Zwetsch, 1993, p. 226)

Com o acompanhamento dos luteranos em Rondônia, a partir de 1972, os obreiros da IECLB também sentiram a necessidade de um trabalho missionário entre os indígenas da região. Os colonos estavam chegando a uma região

habitada tradicionalmente por povos indígenas e ocupando suas terras. Assim também foi realizada a experiência de um trabalho com indígenas. O pastor Schmeckel, por ocasião de sua visita a Rondônia, já tinha alertado a Direção da Igreja, em 1972, para a necessidade de um futuro trabalho entre os indígenas da região⁶. Durante a ocupação de Rondônia, o conflito fora inevitável, pois os colonos ocuparam as terras dos indígenas. Altmann e Zwetsch (1980, p. 49) relatam que, em Espigão do Oeste, os Suruí (família linguística Tupi-Mondé) “foram confinados a um pequeno pedaço de terra na periferia da vila e lá viviam em estado de miséria, aprendendo desde logo a mendigar, e sendo objetos de uma hipócrita caridade cristã daqueles que antes lhes usurparam as terras”. Os pomeranos que se fixaram naquela região constantemente reclamavam ao pastor Geraldo Schach (primeiro pastor luterano a atuar em Rondônia) que os indígenas tinham invadido a sua lavoura e roubado sua plantação. Como afirma Schach, outro grande choque cultural foi a questão da nudez.

Às vezes, a gente estava no meio do culto, em Espigão do Oeste, e vinham dois, três, quatro índios e índias totalmente nus, entravam na igreja e paravam no fundo do corredor, naquela exclamação, que na época a gente ouvia deles: “uh, uh!” Faziam aquele “uh” de admiração pelo que estava acontecendo. E daí a gente seguia normalmente com todo o culto, os índios saíam, pois eles não entendiam nada. A gente não entendia a língua deles, nem eles a nossa. Só que depois vinha o problema quando as pessoas diziam: “Temos que acabar com essa pouca vergonha, esse problema, esse atentado ao pudor, esses índios pelados na Igreja”. A gente dizia: “Mas não tem nada errado nisso, eles sempre viveram assim, portanto, pra eles, é coisa mais natural, nós é que estamos maliciando”. Assim compreí a maior briga com a “mulherada” da comunidade de Espigão do Oeste. Elas diziam: “Até o pastor está acobertando essa porcaria, essa sujeira, essa imoralidade, está defendendo essas...” Usavam tudo quanto é nome depreciativo. (Schach, *entrevista*)

Como os membros da IECLB estavam em “choque cultural” com os Suruí, em 1976 o Coordenador do Departamento de Migração, Spellmeier, tomou a decisão de contratar Wiedemann, que já atuara com os Nambikwára e Rikbaktsa no Mato Grosso, para trabalhar como enfermeiro junto aos Suruí (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 28, 49). Por ocasião da 3ª viagem às NAC, Spellmeier estabeleceu contato com Wiedemann em maio de 1974⁷. No JOREV (1976), essa notícia apareceu com o título: “As *Experiências de um Jovem Indianista*”, que também traz um relato da vida de Wiedemann. Com isso, buscava-se apaziguar os conflitos entre indígenas e imigrantes (Schach, *entrevista*). A ideia era

amenizar a revolta dos índios e passar aos colonos o compromisso missionário que deveriam ter em relação aos indígenas. Não era um projeto muito refletido, porém uma operação de emergência. Sobre isso, Schach comenta:

Então, esses choques fizeram com que a gente refletisse, com o Coordenador do Departamento de Migração, Arteno Spellmeier, quando adotamos uma primeira solução. Isto surgiu lá pelo ano de 1976, não sei mais bem, onde o Arnildo Wiedemann veio, então, como enfermeiro, mas na verdade a enfermagem era só um pretexto. Ele passava lá as águas oxigenadas usava merthiolate, passava uma pomadinha nas feridinhas dos índios e eles respeitavam muito isso. Então, essa amizade que o Wiedemann fazia com os índios fazia também com que a comunidade dos brancos luteranos tivessem a certeza de que a nossa igreja está fazendo missão com os índios e que, como tal, havia um relativo clima de convivência pacífica entre brancos e índios. Mas a igreja como um todo nunca tinha assim uma ideia mais concreta na questão da missão com os índios. (Schach, *entrevista*)

Como um missionário das NAC, Wiedemann acompanharia os indígenas Suruí até a sua transferência, em 1977, para a área que estava sendo demarcada, na qual já existia um posto da FUNAI e uma aldeia Suruí. Os Suruí que moravam em Espigão do Oeste foram para o posto indígena da linha 14. A partir daí, Wiedemann passou a trabalhar para a FUNAI.

3. A missão a partir de uma nova perspectiva missionária

No final da década de 1970 e início da década de 1980, os grupos que se preocupam com a missão indígena dentro da IECLB começam a questionar o trabalho como vinha sendo desenvolvido tradicionalmente. Entram em cena novas formas de se compreender e estruturar a missão. Sobre essa época, Zwetsch ressalta:

Chamo a atenção para um novo conceito que começa a ser usado e que irá ser de fundamental importância na década de 80: o conceito de autodeterminação dos povos indígenas como horizonte a partir do qual deveria se redefinir o trabalho missionário. (Zwetsch, 1993, p. 103)

Nesse sentido, no dia 2 de outubro de 1978, o secretário de missão Friedrich Gierus assinou uma carta feita a partir de uma reunião do Conselho de Missão em maio do mesmo ano. A carta é dirigida às comunidades da IECLB e trata sobre a situação dos povos indígenas no Brasil e da missão entre eles.

Conclamando vozes em defesa dos povos indígenas e reconhecendo seus direitos à propriedade coletiva, a carta diz que o “trabalho missionário persegue o desenvolvimento da comunidade indígena”. Para que o Evangelho

(...) seja palavra viva no seio da comunidade indígena, é preciso que nas relações entre os índios e não-índios haja justiça. E esta justiça só pode concretizar-se com a liberação das terras indígenas para o uso exclusivo da comunidade indígena. Daí que no trabalho missionário o tema da terra desponta como prioritário. (Carta pastoral. In: COMIN, 1992, p. 10-15)

Zwetsch (1993, p. 109, 111) relembra que o XI Concílio, realizado em Joinville, Santa Catarina, entre os dias 19 a 22 de outubro de 1978, foi um marco para a Igreja na questão indígena, pois, pela primeira vez na história da IECLB, ela foi colocada como prioridade dentro da ação missionária. Como um desdobramento e amadurecimento do XI Concílio, em 1982, foi criado o COMIN (Conselho de Missão entre Índios, atualmente Conselho de Missão entre Povos Indígenas) em lugar do extinto Conselho de Missão. A partir dessa época, o trabalho missionário com povos indígenas dentro da IECLB teria um novo rosto. Mais do que isso, o COMIN nasceu como expressão desse novo rosto. Ao longo de sua existência, o COMIN fez o entrosamento entre os campos de trabalho, as lutas indígenas, a Direção da Igreja e as comunidades. Além disso, seus obreiros, em diferentes campos no Sul e Norte do Brasil, atuavam em parceria com os missionários do CIMI e de outras igrejas protestantes que tiveram uma proposta de trabalho semelhante. Esses protestantes reuniam-se periodicamente no Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), com sede em Cuiabá-MT, para compartilhar experiências e traçar linhas de ação que pudessem ter um impacto para dentro de suas igrejas e para as comunidades indígenas. O trabalho do GTME, criado em 1979, ainda carece de estudos que avaliem seus impactos para o campo indígena e indigenista.

Seguindo nesta linha de uma revisão crítica do conceito de missão e das práticas missionárias, no segundo seminário do COMIN, realizado em Panambi entre os dias 22 a 25 de junho de 1985, os obreiros sentiram a necessidade de formular um documento apontando para as “características do trabalho missionário”. Dentre as características, destacam-se: “defender a vida e a integridade cultural e patrimonial dos povos indígenas”; “respeitar as culturas e o modo de vida destas populações”; “favorecer a livre organização dos povos indígenas e sua autodeterminação”; “a ação pastoral deve se propor à afirmação

dos povos indígenas como povos indígenas na nossa sociedade, sem paternalismo, evitando todo e qualquer tipo de dependência e buscando a sua libertação” (COMIN, 1992, p. 20-22). O quarto seminário (São Leopoldo/RS, 02-07/07/1987) também produziu um documento no qual se destaca a necessidade de se reconhecer o trabalho dos obreiros leigos na questão indígena (COMIN, 1992, p. 23-25). Em dezembro de 1991, por ocasião do sexto seminário do COMIN, foi redigida uma mensagem para as comunidades. Nessa mensagem, há uma reflexão sobre o que é a missão.

A partir da análise e estudo da História, dos diversos modelos de missão praticados, e da afirmação de nossos compromissos missionários nos tempos atuais, entendemos missão como caminhada conjunta com o povo na insistência pela vida. Na prática do dia-a-dia, a missão, obra de Deus, vai se definindo, modificando e se atualizando permanentemente. Ela é obra de Deus, e nós somos apenas seus colaboradores (1 Co 3). Deus nos chama continuamente, primeiro pelos profetas, depois por Cristo, e hoje nos gritos dos povos indígenas, negros, pequenos agricultores, sem terra, mulheres, crianças de rua, e outros marginalizados. (COMIN, 1992, p. 33s)

Assim, as décadas de 1970 e 1980 formam uma época de muita discussão em torno da missão com povos indígenas e do papel da Igreja em relação à missão. Neste sentido, estudando a repercussão das notícias sobre a questão indígena veiculadas nos periódicos da IECLB, Zwetsch constata um aumento gradual desde a década de 1960. Na década de 1970, há 69% a mais notícias. Já na década de 1980,

(...) continua a curva ascendente quanto ao número de notícias veiculadas, aprofunda-se a qualidade do conteúdo, e percebe-se um crescente envolvimento de grupos da IECLB com os assuntos indígenas, não só obreiros e missionários diretamente envolvidos nas áreas, mas também de jovens, pastores e leigos que aqui e acolá se manifestam. (Zwetsch, 1993, p. 119)

4. A nova missão e os obstáculos dos poderes estabelecidos

Portanto, quando o trabalho com os povos indígenas em Rondônia se inicia em 1978, teve em seu bojo novas formas de se compreender e estruturar a missão. Já em 1977, a Direção da IECLB tinha decidido montar um projeto missionário para atuar entre os Suruí. O secretário de missão Gierus pediu que Wiedmann, que já atuava como enfermeiro, elaborasse um relatório sobre a situação dos Suruí para servir de subsídio para o projeto⁸. Assim, organizou-se

um convênio com a FUNAI tendo como base a experiência de Guarita (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 50), e que fora assinado em agosto de 1978⁹. Neste sentido, cabia à IECLB manter um professor, um linguísta e um técnico agrícola. A FUNAI, por sua vez, ficou responsável pela construção da infra-estrutura: prédio escolar e residência¹⁰. A pastora Altmann e o pastor Zwetsch foram enviados, em agosto de 1978, para atuar nesse projeto¹¹. Os dois vinham recentemente da Faculdade de Teologia, sendo que Altmann não havia ainda concluído os estudos de teologia. Na faculdade, eles foram fortemente influenciados pela Teologia da Libertação. Portanto, embora o projeto tenha sido montado nos moldes de Guarita, eles estavam imbuídos da nova teologia de missão que nascia.

Com essa nova visão, eles iriam trabalhar entre os Suruí. Buscariam organizá-los politicamente, tentando inseri-los nos movimentos indígenas de luta pela terra, e economicamente, tentando viabilizar sua auto-sustentação. Eles propuseram uma “pastoral de convivência”, na qual procuravam, ao invés de evangelizar, se engajar nas lutas do povo, dando, assim, testemunho do Evangelho. Altmann (1990, p. 47) define a Pastoral de Convivência da seguinte forma: “(...) é um processo de reeducação missionária através do qual o missionário procura se colocar no mundo a partir do ponto de vista do povo com o qual se compromete e tira desta postura todas as consequências”. Veja-se como Altmann e Zwetsch abordam essa problemática em 1980:

Em 1978 foi, então, iniciada esta caminhada com o povo Suruí, dentro de uma nova perspectiva missionária, que recebeu uma influência considerável da crítica necessária à missão tradicional feita pela teologia latino-americana da libertação. Foi a teologia da libertação que também repensou o conceito central da evangelização, que assim se tornou muito mais abrangente e enraizado no chão da vida e da cultura indígena. Estes novos ventos atingiram a reflexão teológica na IECLB e isto se pode notar na Carta Pastoral às comunidades da IECLB, de outubro de 1978, onde se procura redefinir o trabalho missionário da IECLB, nos seguintes termos: “O alvo que este trabalho missionário persegue é o desenvolvimento da comunidade indígena, a partir da cultura indígena, pela realização do Evangelho. Para que este Evangelho seja palavra viva no seio da comunidade indígena, é preciso que, nas relações entre índios e não-índios, haja justiça. E esta justiça só pode se concretizar com a libertação das terras indígenas para o uso exclusivo da comunidade indígena. Daí que no trabalho missionário o tema da terra desponta como prioritário.” Mais adiante a mesma carta especifica qual o compromisso missionário que temos pela frente: “Por tudo isso, em nossa perspectiva missionária, entendemos como um compromisso evangélico estar totalmente solidários com a luta dos índios para a defesa de sua terra. Nesse sentido, um dos aspectos importantes e prioritários do nosso trabalho missionário

é estar atento às lutas concretas que as lideranças indígenas no Brasil vêm levando corajosamente, como ficou mais uma vez manifesto na sua última assembleia de Chefes Indígenas, realizada em maio deste ano, na aldeia xavante de São Marcos, Mato Grosso.” (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 54s).

Infelizmente, o trabalho com os Suruí não iria durar muito. Em 1979, os dois pastores foram expulsos da área indígena por alguns funcionários da FUNAI (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 94). A postura teológica e política adotada por eles conflitou com os interesses de alguns funcionários. Sobre essa questão, Altmann e Zwetsch ponderam:

Talvez esse nosso pressuposto e a maneira como procuramos colocá-los em prática, de modo ativo e apaixonado, e que por vezes possa ter parecido aos olhos dos funcionários da FUNAI zelo exagerado e purismo descabido, tenha contribuído de forma decisiva para a arbitrária expulsão que sofremos, justamente porque nossa postura questionava como questiona todo o trabalho que fica no assistencialismo e no paternalismo autoritário, como tem sido o caso da FUNAI entre os Suruí. Como não acreditamos que esta política indigenista tenha futuro e muito menos vá servir para a “melhor luta indígena” (...), só podemos lamentar profundamente que a FUNAI se estruture de forma tão monolítica, que a impeça de aceitar um trabalho alternativo e crítico como vínhamos tentando realizar. E vaticinamos que — a continuar nesse caminho — a FUNAI há de perder o resto de moral que, porventura, ainda tenha junto à opinião pública, há de sofrer sempre mais a oposição combativa dos grupos civis e missões mais comprometidas com a libertação dos povos indígenas do Brasil e, finalmente, contribui para sua própria auto-extinção, porque se coloca contra a história dos povos indígenas e suas tentativas cada vez mais organizadas de tomá-la (a história) em suas mãos. (Altmann; Zwetsch, 1980, p. 92s)

Os obreiros de Rondônia posicionaram-se ao lado de Altmann e Zwetsch e redigiram, por ocasião de um encontro, em outubro de 1979, um manifesto de solidariedade, o qual traz a compreensão da práxis teológica que movia a atuação dos obreiros e obreiras em Rondônia. O que segue é a reprodução integral desse manifesto:

Nós, obreiros da IECLB, no Território Federal de Rondônia, reunidos em Colorado, entre os dias 20-22 de outubro de 1979, decidimos manifestar-nos em solidariedade aos missionários Roberto e Lori diante do conflito e ameaças verbal de expulsão dos mesmos da área do grupo indígena Suruí, localizado no posto indígena Sete de Setembro que faz parte do parque indígena Aripuanã:

- Sentimo-nos no dever de apoiar os colegas Roberto e Lori diante destes fatos.

- a) Pois a situação que eles vinham desenvolvendo em seu trabalho é a mesma que nós procuramos desenvolver em nossos trabalhos.
 - b) A nossa fé e o evangelho nos convocam a optar pelos oprimidos e marginalizados.
 - c) Acreditamos na auto-determinação dos povos indígenas e na valorização de sua própria cultura.
 - d) Porque, na realidade do posto indígena, nossos colegas procuraram se identificar tanto quanto possível com a comunidade indígena, partindo de sua vida e luta.
- Repudiamos os argumentos desprovidos de fundamentos mais concretos para a proibição verbal do diretor do parque indígena Aripuanã para a continuidade do trabalho junto com a comunidade Suruí, acusando Lori e Roberto de incompatibilidade com funcionários da FUNAI e por interferência na administração do parque. Chamamos a atenção de que esta incompatibilidade não é contra a comunidade Suruí, ao contrário, entre estes estão tendo boa aceitação.
 - Denunciamos que mais e mais se torna necessário a observação do estatuto do índio nos seus itens básicos, como são: direito à terra, à auto-determinação, à preservação da cultura e do modo de ser e viver do índio; isto porque sempre de novo interesses econômicos e políticos da sociedade branca prevalecem contra os interesses vitais das comunidades indígenas.
 - Apelamos ao Conselho Diretor da IECLB que procure averiguar os fatos e tome séria providência. Não no sentido de encobrir os fatos denunciados, simplesmente substituindo elementos, mas que tome posição clara e objetiva considerando que fatos como estes não são isolados mas acontecem dentro de um amplo processo de encarnação da igreja em favor dos oprimidos.¹²

Altmann e Zwetsch não conseguiram mais dar continuidade ao trabalho entre os Suruí. Em vez disso, em 1980, eles iniciaram um novo trabalho entre o povo indígena Kulina (autodenominação Madijá, família linguística Arawá) no Alto Purus, no Acre, a convite do CIMI. Eles iniciaram esse trabalho em dezembro de 1980 e permaneceram até fevereiro de 1987 (Zwetsch, 1993, p. 363, 383s).

Outros trabalhos foram iniciados pelo COMIN a partir dessa nova perspectiva missionária e muitos outros missionários somaram-se a essa causa, mas isto não é o objeto de estudo deste artigo. Aqui procurei demonstrar e apresentar apenas a mudança da postura missionária e o novo enfoque teológico dado à missão com povos indígenas. Esse novo entendimento da missão enquanto serviço ao próximo e não mais como conversão só foi possível porque os pastores e pastoras estavam se apropriando das discussões teológicas e sociais que advinham da Teologia da Libertação.

Conclusão

Abordando, neste trabalho, a história da missão da IECLB entre povos indígenas, analisei e apresentei como, a partir da década de 1970, a Teologia da Libertação influenciou e modificou a concepção de missão dessa igreja luterana. De uma Igreja que concebia a missão como conversão ao cristianismo, a IECLB, através dos pastores e pastoras que atuavam em campos missionários, passou a uma concepção que visava auxiliar os povos indígenas em sua luta social. O trabalho missionário agora passava pela diaconia, pelo serviço ao outro, e não mais pela conversão. O objetivo era ajudar ou instrumentalizar os povos indígenas para que conseguissem ter garantidas suas terras e para que pudessem manter sua cultura. O trabalho missionário não seria mais assistencialista e conversionista. Agora tratava-se de uma concepção missionária criticamente política. Através do COMIN, a IECLB começou a implementar mais sistematicamente essa nova forma de missão. É claro que essa forma de entender a missão não é algo unânime. Ela é fruto de enfrentamentos entre diferentes correntes teológicas e, como tal, seu futuro permanece aberto. Como um campo em disputa, a Pastoral de Convivência foi mais um movimento dentro do universo religioso luterano, mas um movimento que mudou qualitativamente para melhor o relacionamento entre povos indígenas e a igreja luterana e fez com que o trabalho missionário da IECLB e seu órgão missionário (COMIN) fossem respeitados pelo meio acadêmico brasileiro.

Referências

ALTMANN, Lori. *Convivência e solidariedade: Uma experiência pastoral entre os Kulina (Madija)*. Cuiabá/São Leopoldo: GTME/COMIN, 1990.

_____; ZWETSCH, Roberto. *Paíter: o povo Suruí e o compromisso missionário*. Chapecó: Caderno do Povo-PU, 1980.

Arquivo da IECLB

Arquivo do Sínodo da Amazônia.

Arquivo pessoal de Lori Altmann e Roberto Zwetsch.

COMIN. *Caderno do COMIN*. nº 1, publicação interna, 1992.

JOREV (Jornal Evangélico Luterano). As experiências de um jovem indianista. *Jorev*. Porto Alegre, ano XC, nº 3, p. 2, 1ª quinzena de Fevereiro de 1976.

LINK, Rogério Sávio. *Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST/PPG, 2008.

_____. *Luteranos em Rondônia: O processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987)*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

SASS, Walter. *Caminhos sinuosos*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SCHACH, Geraldo. *Entrevista*. Itapema/SC, 27/05/2001.

SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentum s in Brasilien*. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936.

SUESS, Paulo. *Rompendo o mal-estar na missão*. <www.cimi.org.br>. Acesso em: 08/11/2007.

WACHHOLZ, Wilhelm. *Atravessem e ajudem-nos: a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899)*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

ZWETSCH, Roberto. *Com as melhores intenções: Trajetórias missionárias luteranas diante do desafio das comunidades indígenas 1960-1990*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, 1993.

_____. *Missão e alteridade: a contribuição da pastoral indigenista na missio Dei ou os outros como sinais*. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo. vol. 34, 1983.

¹ Sobre essas tentativas, confira também Schröder (1936, p. 250s).

² Para uma história da migração e atuação da IECLB na região Amazônica, consulte os trabalhos do autor (Link, 2004, 2008).

³ Roberto Zwetsch (1993, p. 134-312) e Walter Sass (2012) escreveram trabalhos que problematizam a história dessas experiências missionárias.

⁴ Instituto Linguístico de Verão. O *Summer Institut of Linguistic* tem origens fundamentalistas.

⁵ Cf. Encontro sobre o índio e a missão, Guarita 31/07-03/08/1975. In: *Caderno do COMIN*. nº 1, 1992. p. 4-9. Também II Encontro de Guarita, 01-02/05/1976. In: *Caderno do COMIN*. nº 1, 1992. p. 7-9.

⁶ Cf. Carta de Rodolfo Schneider (Porto Alegre/RS) ao Conselho Diretor sobre Trabalho entre os Índios, 21/06/1972 (Arquivo da IECLB).

⁷ Cf. Spellmeier, Arteno. *Roteiro da 3ª viagem às NAC*, 02/05/1974 (Arquivo do Sínodo de MT).

⁸ Cf. Relatório de Arnildo Wiedmann (Arquivo pessoal de Lori Altmann e Roberto Zwetsch).

⁹ Cf. Convênio da IECLB com a FUNAI (Arquivo pessoal de Lori Altmann e Roberto Zwetsch).

¹⁰ Cf. Convênio da IECLB com a FUNAI (Arquivo pessoal de Lori Altmann e Roberto Zwetsch).

¹¹ Sobre essa experiência missionária, cf. Altmann; Zwetsch (1980) e Zwetsch (1993, p. 107s).

¹² Ata do encontro dos obreiros de Rondônia, 21-22/10/1979 (Arquivo do Sínodo da Amazônia).

Recebido em 04/05/2015, revisado em 25/05/2015, aceito para publicação em 25/05/2015.